

POLÍTICA LINGUÍSTICA, INCLUSÃO E FRONTEIRAS ACADÊMICAS NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA: DO CAMPO DE DISPUTAS SIMBÓLICAS À HIBRIDAÇÃO CULTURAL

Eixo temático: 5. Políticas de acesso e permanência de estudantes da educação superior na perspectiva inclusiva.

Linoel de Jesus Leal Ordonez, UFMS/PPGEDU, linoel.leal@ufms.br

1. Introdução

A Universidade brasileira tem sido atravessada por fluxos crescentes de estudantes e docentes de diferentes origens linguísticas, culturais e nacionais, revelando tensões entre a diversidade que a constitui e práticas institucionais que ainda operam sob expectativas de homogeneidade. A categoria “estrangeiro”, frequentemente atribuída a sujeitos internacionais, funciona menos como descrição administrativa e mais como dispositivo simbólico que produz fronteiras, hierarquias e regimes de visibilidade, afetando pertencimento, legitimidade e circulação de saberes. Nesse cenário, emergem sujeitos cujas identidades são marcadas pela hibridação — como apontam Hall, Canclini e Haraway — e que desafiam modelos tradicionais de integração acadêmica.

Entretanto, esses repertórios híbridos raramente encontram reconhecimento institucional. A universidade tende a naturalizar um monolinguismo acadêmico que privilegia determinados capitais linguísticos e desvaloriza outros, reproduzindo disputas simbólicas descritas por Bourdieu. Assim, estudantes internacionais são convocados a se adaptar, enquanto a instituição permanece inalterada, reforçando fronteiras linguísticas e culturais que limitam sua participação plena.

Essas categorias identitárias não são neutras: “produzem diferenças, organizam hierarquias e delimitam fronteiras simbólicas” (Hall, 2024). Ao rotular sujeitos como estrangeiros, a Universidade produz um regime de visibilidade e invisibilidade que afeta pertencimento, sobretudo num campo marcado pela tríade



mudança-fragmentação-reconfiguração. Como afirma Hall (2024: 10), "[...] um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas [...], fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia e nacionalidade".

Nesse contexto, cultura, língua e gênero deixam de ser categorias puras, abrindo espaço para orientações dissidentes, como o *queer*, e para identidades compostas por múltiplos processos. O conceito de hibridação de Canclini (2019: xxi) reforça essa ideia ao definir tais processos "como combinações de estruturas antes separadas". O sujeito internacional se destaca por essa dualidade conhecido-desconhecido/estranho-próprio, carregando o enigma do que traz de seu campo de origem. Haraway (2023: 269) amplia essa leitura ao propor identidades "permanentemente parciais e de pontos de vista contraditórios".

Assim, torna-se fundamental articular política linguística, inclusão e hibridação cultural, considerando também a noção de cidadania global. A universidade, como campo de disputas permanentes (Bourdieu, 2014), organiza capitais e legitima determinadas formas de expressão. Nesse sentido, capitais linguísticos — quem diz, como diz e em qual língua — tornam-se centrais. Assim, o termo "cidadão global" designaria "alguém que transita e se adapta a diferentes culturas" (dos Santos Bastos, 2022: 147), aproximando o sujeito estrangeiro dessa ideia de globalidade. Tal sujeito é pressionado a demonstrar múltiplos capitais: linguístico, intelectual, cultural e, quando possível, financeiro, marcado por assimetrias entre "nações passivas" e "nações ativas" (Correia Lima; Betioli Contel, 2022). Contudo, como lembra Santos (2025: 69), "concorrer e competir não são a mesma coisa".

Ao articular política linguística, inclusão e hibridação cultural, argumenta-se que a universidade só ampliará seu horizonte epistêmico quando reconhecer que sujeitos internacionais não são "estrangeiros" a serem assimilados, mas agentes que reconfiguram o campo acadêmico. A lógica monolíngue naturaliza a hegemonia da língua dominante e



marginaliza outras formas de expressão, afetando inclusão, permanência e circulação de capitais simbólicos. Fica, assim, a tarefa dos professores de línguas se posicionarem entre uma política linguística solidária ou a reprodução da ideologia da língua dominante, considerando que "todo ato de fala [...] é uma conjuntura [...] entre *habitus* linguístico e mercado linguístico" (Bourdieu, 2022: 24).

2. Desenvolvimento

A metodologia adotada é qualitativa e teórico-analítica, fundamentada na articulação entre política linguística, disputas simbólicas e hibridação cultural. Parte-se da compreensão da universidade como campo social atravessado por relações de poder (Bourdieu) e utiliza-se um corpus bibliográfico composto por autores que discutem identidade, linguagem e circulação de capitais — Hall, Canclini, Haraway, Lagares, Santos, Cao Ponso, entre outros. A análise segue uma perspectiva glotopolítica, examinando como categorias como "estrangeiro", "cidadania global", "monolinguismo" e "inclusão" são produzidas e naturalizadas no contexto universitário.

A política linguística permite compreender a universidade como ambiente dinâmico, no qual línguas e práticas discursivas se relacionam em redes de poder. A UFMS, por exemplo, define sua política linguística como diretrizes para consolidar multilinguismo e interculturalidade (UFMS, 2023). Contudo, mesmo com tais políticas, repertórios diversos — línguas de herança, trânsito, variedades regionais e português como língua de acolhimento — raramente encontram reconhecimento institucional. A expectativa tácita de homogeneidade persiste, apesar de "novas línguas em situações de multilinguismo exigirem análises glotopolíticas originais" (Lagares, 2018: 36-37).

Essa lógica impacta diretamente a inclusão. Cao Ponso (2025: 4) afirma que "políticas linguísticas surgem da necessidade de lidar com assimetrias entre línguas oficiais e minoritárias". A categoria "estrangeiro" fixa identidades em posições subordinadas, transformando diferença em déficit. Hall (2024: 35) lembra que "uma

cultura nacional [...] é também uma estrutura de poder cultural". Assim, estudantes internacionais são responsabilizados por superar barreiras linguísticas, enquanto a instituição preserva padrões hegemônicos.

A interculturalidade, muitas vezes celebratória, ignora desigualdades estruturais. A universidade afirma valorizar diversidade, mas mantém práticas avaliativas e currículos que pressupõem um sujeito ideal: monolíngue, nacional e familiarizado com códigos acadêmicos específicos. A política linguística crítica permite problematizar o "acolhimento linguístico", reconhecendo repertórios plurais como recursos epistêmicos. No entanto, a ausência de políticas robustas — formação docente, mediação linguística, revisão avaliativa — faz com que a diversidade seja administrada de forma improvisada.

3. Considerações finais

A universidade brasileira vive um paradoxo: internacionaliza-se, mas mantém estruturas que parecem reproduzir fronteiras simbólicas e linguísticas. A política linguística evidencia que línguas são elementos constitutivos de relações de poder e formas de produzir conhecimento. Para ser um espaço de inclusão e produção intercultural, a universidade deve abandonar a lógica assimilacionista e reconhecer a diversidade linguística como potência. Isso implica transformar práticas pedagógicas, currículos e modos de avaliação, reconhecendo sujeitos internacionais como agentes que ampliam o horizonte epistêmico institucional. Articulada a Hall, Lagares e Bourdieu, a política linguística aponta para uma universidade que não apenas acolhe a diversidade, mas se deixa afetar por ela, deslocando fronteiras e democratizando o campo acadêmico.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. *O que falar quer dizer*. Edusp: São Paulo. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **Capital cultural, escuela y espacio social**. Siglo veintiuno editores: Buenos Aires. 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus**. Siglo veintiuno editores: Buenos Aires. 2014.



CORREIA LIMA, Manolita; BETIOLI CONTEL, Fabio. **Internacionalização da Educação Superior**. *Nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento*. Alameda: São Paulo. 2011.

dos SANTOS BASTOS, Robson. Cidadão global. In: **Glossário**. *internacionalização, Organismos internacionais e Formação docente*. Mercado de Letras: Campinas. 2024.

GARCIA CANCLINI, Nestor. **Culturas híbridas**. *Estratégias para entrar e sair da Modernidade*. Edusp: São Paulo. 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Lamparina: Rio de Janeiro. 2024.

HARAWAY, Donna. **A reinvenção da natureza**. *Símios, ciborgues e mulheres*. WMF: São Paulo. 2023.

LAGARES, Xoam Carlos. **Qual política linguística?** *Desafios glotopolíticos contemporâneos*. Parábola: São Paulo. 2018.

PONSO, Letícia Cao. **Resoluções de políticas linguísticas no marco das políticas de inclusão no ensino superior brasileiro: uma análise documental**. Gragoatá, Niterói, v. 30, n. 66, e64519, jan.-abr. 2025. Disponível em: https://doi.org/10.22409/gragoata.v30i66.64519.pt.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. *Do pensamento único à consciência universal*. Record: Rio de Janeiro. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Política linguística.** 2023. Disponível em: boletimoficial.ufms.br/publicacao?id=488131.